



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1005331-38.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução Fiscal - Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens**
 Embargante: **ANTONIO CORREA RIBEIRO**
 Embargado: **'Fazenda Pública do Estado de São Paulo**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Espólio de Antonio Correa Ribeiro opõe embargos à execução fiscal nº 0020637-55.2002.8.26.0566, que lhe move o Estado de São Paulo, pedindo (a) a desconstituição da penhora que teve por objeto o imóvel da mat. 128.910, sob o fundamento de que se trata de bem de família, utilizado pela cônjuge supérstite como moradia (b) a extinção da execução, sem resolução do mérito, ante a iliquidez da CDA por conta da inserção, nela, da abusividade do índice de juros moratórios aplicado ao débito, eis que fundamentado em lei inconstitucional; ou, subsidiariamente, pelo mesmo fundamento, o reconhecimento do excesso de execução.

Impugnação aos embargos, às fls. 41/58.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 17, parágrafo da Lei nº 6.830/80, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas, valendo lembrar que, "presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder" (STJ, REsp 2.832-RJ, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, j. 04/12/91).

O embargante comprovou que o imóvel objeto da mat. 128.910 serve de moradia à cônjuge supérstite, de modo que, aliás com a concordância da embargada, será acolhido o pedido de desconstituição da respectiva penhora.

1005331-38.2016.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Quanto aos juros moratórios, o Órgão Especial do TJSP, em 27.02.13, acolheu em parte a Arguição de Inconstitucionalidade nº 0170909-61.2012.8.26.0000, relativa aos arts. 85 e 96 da Lei Estadual n. 6374/89 com a redação da Lei Estadual n. 13.918/09, à vista da decisão de 14.04.10 do STF na ADI n. 442/SP (no sentido de que a regra do art. 113 da Lei Estadual n. 6374/89 deve ser interpretada de modo a que a UFESP não exceda o valor do índice de correção monetária dos tributos federais).

Trata-se de interpretação conforme a CF, importando na impossibilidade de o Estado estabelecer encargos sobre seus créditos fiscais superiores aos da União Federal quanto a seus créditos, por tratar-se competência concorrente (art. 24, I e § 2º da CF).

A taxa de juros moratórios estadual não pode, portanto, exceder aquela incidente na cobrança das dívidas federais. Hoje, a taxa que incide nas dívidas federais é a SELIC, sendo esta, então, o limite.

Por outro lado, cumpre frisar que, ao contrário do alegado pelo embargante, a cobrança de juros inconstitucionais não leva à nulidade de todo o lançamento tributário, gerando, tão-somente, a necessidade de, em razão do excesso, os juros serem reduzidos, prosseguindo-se com a execução.

Como observado pelo STJ em caso análogo: "(...) A simples declaração de inconstitucionalidade não afeta, de modo apriorístico, a certeza e liquidez da CDA, podendo atingir, se muito, o quantum a ser executado em face da redução proporcional do valor do título. Portanto, não pode o juiz, nesse caso, extinguir a execução de ofício, porque, ainda que inexigível parte da dívida, esse fato não configura condição da ação ou pressuposto de desenvolvimento válido do processo. (...) (REsp 1196342/PE, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 02/12/2010, DJe 10/12/2010)

Com efeito, deve ser aproveitado o título executivo, eis que destacável o valor indevido, mediante simples apuração aritmética, sem perda de liquidez e certeza.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Nesse sentido, ainda, o REsp 1115501/SP, Rel. MIn. LUIZ FUX, 1ªS, j. 10/11/2010, no qual são citados inúmeros precedentes daquele tribunal, com a mesma orientação.

Ante o exposto, acolho em parte os embargos para (a) anular a penhora que teve por objeto o imóvel da mat. 128.910 (b) limitar a taxa de juros moratórios aplicada ao crédito objeto da execução fiscal à taxa de juros moratórios utilizada pela União Federal na cobrança de seus créditos.

O embargante decaiu de parte mínima do pedido, de modo que o embargado é condenado em honorários advocatícios devidos pelos embargos, arbitrados em 10% sobre o valor atualizado da presente causa. O embargado deve pagar honorários inclusive no que diz com a anulação da penhora, e a despeito de ter concordado com o pedido, porque adota-se, nesse tema, o princípio da causalidade, e quem deu causa à constrição em tela foi o embargado – que não verificou anteriormente se o imóvel servia de residência à família.

Transitada em julgado, junte a serventia, nos autos principais, cópia desta sentença e da certidão de trânsito em julgado, dando-se a seguir vista ao embargado-exequente para recalcular a dívida limitando os juros moratórios à taxa Selic.

P.I.

São Carlos, 15 de março de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**